

No. 37998

**Brazil
and
Peru**

Agreement on judicial assistance in criminal matters between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Peru. Lima, 21 July 1999

Entry into force: *24 August 2001, in accordance with article 26*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 2 January 2002*

**Brésil
et
Pérou**

Accord d'assistance judiciaire en matière pénale entre la République fédérative du Brésil et la République du Pérou. Lima, 21 juillet 1999

Entrée en vigueur : *24 août 2001, conformément à l'article 26*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 2 janvier 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA EM MATÉRIA PENAL ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominadas as “Partes”),

Animadas pelo propósito de intensificar a assistência jurídica e a
cooperação em matéria penal;

Reconhecendo que a luta contra a delinquência requer a atuação
conjunta dos Estados;

Convencidas da necessidade de desenvolver ações conjuntas de
prevenção, controle e sanção do delito sob todas as suas formas, através da
coordenação e execução de programas concretos, e de agilizar os mecanismos de
assistência jurídica;

Conscientes que o incremento das atividades delituosas torna necessário
o fortalecimento dos mecanismos de cooperação e de assistência jurídica em matéria
penal:

Acordam:

TÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO I
Definições

Para os efeitos do presente Acordo:

- a) “confisco” significa a privação, em caráter definitivo, de bens produtos ou instrumentos do delito, por decisão de um tribunal ou de outra autoridade competente;
- b) “produto do delito” significa bens, ou valores equivalentes aos mesmos, de qualquer natureza, derivados ou obtidos direta ou indiretamente da prática de um delito;
- c) “bens” significa ativos de qualquer tipo, corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis, tangíveis ou intangíveis, e os documentos ou instrumentos legais que atestam a propriedade ou outros direitos sobre tais ativos;
- d) “seqüestro, arresto, indisponibilidade ou apreensão de bens” significa a proibição temporária de transferir, converter, alienar ou mobilizar bens, assim como a custódia e o controle temporário de bens, por ordem expedida por um tribunal ou autoridade competente.

ARTIGO 2

Obrigação de Assistência Mútua

1. As Partes se obrigam a prestar assistência mútua, conforme os dispositivos do presente Acordo e de seus respectivos ordenamentos jurídicos para a realização de investigações, processos e procedimentos penais, instaurados por fatos cujo conhecimento corresponde às autoridades competentes da Parte requerente.
2. A assistência será prestada mesmo quando o fato que lhe der motivo na Parte requerente não constitua delito na Parte requerida.
3. Para a execução de mandados de busca de pessoas e registros, confiscos, indisponibilidade de bens, de seqüestro com fim de prova e interceptação telefônica por ordem judicial devidamente motivada, assim como para a execução de medidas que envolvam algum tipo de coerção, a assistência será prestada somente quando o fato que lhe der motivo na Parte requerente estiver previsto como delito também na legislação da Parte requerida, ou quando a pessoa envolvida no pedido de assistência tiver manifestado livremente seu consentimento de forma escrita.

ARTIGO 3

Âmbito de Aplicação

1. As Partes prestarão, de acordo com sua legislação, assistência mútua em matéria de intercâmbio de informação, provas, processamento e demais procedimentos penais. A assistência compreenderá, entre outros:

- a) localização e identificação de pessoas e bens;
- b) notificação de atos judiciais;
- c) entrega de documentos e informações judiciais;
- d) mandados de busca e apreensão e inspeções judiciais;
- e) depoimentos de testemunhas e interrogatório de acusados;
- f) citação e comparecimento voluntário de pessoas, na qualidade de acusados, testemunhas ou peritos;
- g) comparecimento voluntário de pessoas presas para prestar depoimento no território da Parte requerente;
- h) indisponibilidade, seqüestro, arresto ou confisco de bens, inclusive o levantamento de sigilo bancário;
- i) qualquer outra forma de assistência, de conformidade com a legislação da Parte requerida.

2. As Partes facilitarão o ingresso e a presença, no território da Parte requerida, de autoridades competentes da Parte requerente para assistir e participar dos procedimentos solicitados, sempre que isso não contrarie o disposto em sua legislação. Os funcionários da Parte requerente atuarão de acordo com o que for autorizado pelas autoridades competentes da Parte requerida.

ARTIGO 4

Limitações à Assistência

1. A Parte requerente não usará qualquer informação ou prova obtida nos termos deste Acordo para fins diferentes dos declarados na solicitação de assistência jurídica, sem prévia autorização da Parte requerida.

2. Este Acordo não facultará às Partes executar, no território da Parte onde se realizam as diligências, as funções reservadas exclusivamente às autoridades desta Parte, nos termos de sua legislação interna.

3. Este Acordo não se aplicará a:

- a) prisão de pessoas para extradição, nem a solicitações de extradição;
- b) a transferência de pessoas condenadas para cumprimento de sentença penal;

c) assistência a particulares ou a terceiros Estados.

ARTIGO 5

Assistência Condicionada

1. A autoridade competente da Parte requerida, se considerar que o atendimento a uma solicitação poderá criar obstáculo a alguma investigação ou procedimento penal que esteja em curso em seu território, poderá adiar o seu cumprimento ou condicioná-lo à forma que considere necessária.
2. A Autoridade Central da Parte requerida dará conhecimento à Autoridade Central da Parte requerente do exposto no parágrafo anterior, para que esta aceite a assistência condicionada, caso em que respeitará as condições estabelecidas.
3. Quando uma solicitação de assistência jurídica não puder ser cumprida, parcial ou totalmente, a Parte requerida comunicará à Parte requerente, com menção expressa dos motivos ou causas da falta de cumprimento, devendo a Parte requerida decidir se insiste ou não na solicitação.

ARTIGO 6

Denegação de Assistência

1. A Parte requerida poderá negar a assistência quando:
 - a) a solicitação de assistência jurídica seja contrária ao seu ordenamento jurídico, ou não esteja prevista nas disposições do presente Acordo;
 - b) considere que o atendimento à solicitação possa criar obstáculo a uma investigação ou processo penal em curso na Parte requerida, ressalvado o disposto no Artigo 5 do presente Acordo;
 - c) a solicitação de assistência jurídica esteja relacionada a um delito sob o qual a pessoa tenha sido exonerada definitivamente de responsabilidade penal ou, caso tenha sido condenada, a pena tenha sido cumprida ou declarada extinta;
 - d) a investigação tenha sido iniciada para processar ou discriminar, sob qualquer forma, pessoa ou grupo, por motivo de raça, sexo, condição social, nacionalidade, religião, ideologia ou qualquer outra forma de discriminação;

- e) a concessão da assistência possa afetar a ordem pública, a soberania, a segurança nacional ou os interesses públicos essenciais da Parte requerida;
 - f) a solicitação de assistência jurídica refira-se a delito político, militar ou conexo.
2. A denegação da assistência será fundamentada e informada por escrito à Parte requerente.

ARTIGO 7
Autoridade Central

1. Para os efeitos do presente Acordo, a Autoridade Central na República Federativa do Brasil será o Ministério da Justiça e na República do Peru será o Ministério Público.
2. A Autoridade Central da Parte requerida atenderá as solicitações com brevidade e, quando cabível, as transmitirá para execução pelas autoridades competentes.
3. As solicitações serão encaminhadas por via diplomática.
4. As Autoridades Centrais poderão comunicar-se diretamente.

TÍTULO II
Obtenção dos Elementos de Prova

ARTIGO 8
Lei Aplicável

1. As solicitações serão cumpridas de acordo com a legislação da Parte requerida.
2. A Parte requerida poderá prestar a assistência jurídica de acordo com as formas e procedimentos especiais indicados na solicitação da Parte requerente, salvo quando forem incompatíveis com a sua legislação.

ARTIGO 9
Confidencialidade

1. A Parte requerida manterá sob reserva a solicitação de assistência jurídica, salvo quando o levantamento dessa reserva for necessário para o atendimento do pedido.

2. Se for necessário o levantamento da reserva para o atendimento do pedido, a Parte requerida solicitará aprovação da Parte requerente, mediante comunicação escrita, sem a qual não se atenderá a solicitação.

3. A Parte requerente guardará reserva sobre as provas e informações proporcionadas pela Parte requerida, salvo se o levantamento da reserva seja necessário para a investigação ou procedimento constante na solicitação.

ARTIGO 10

Comparecimento Perante a Parte Requerente

1. A solicitação de assistência jurídica enviada às autoridades da Parte requerida para o comparecimento de um acusado, testemunha ou perito perante as autoridades competentes da Parte requerente deverá ser transmitida pela Autoridade Central da Parte requerente com antecedência de pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias da data fixada para o cumprimento da diligência objeto da solicitação. Em caso contrário, a Autoridade Central da Parte requerida devolverá a solicitação à Parte requerente. A Autoridade Central da Parte requerida, todavia, poderá solicitar, por escrito, a ampliação do prazo à Parte requerente.

2. A autoridade competente da Parte requerida registrará por escrito o consentimento da pessoa cujo comparecimento é solicitado no Estado requerente e informará de imediato à Autoridade Central da Parte requerente sobre a resposta.

3. A autoridade competente da Parte requerida procederá à notificação segundo a solicitação formulada, sem que possam produzir efeito cláusulas cominatórias ou sanções previstas na legislação da Parte requerente para a hipótese de não comparecimento.

4. A solicitação de assistência jurídica deverá mencionar o valor das passagens, diárias, honorários e indenizações que possam vir a perceber a pessoa notificada em razão de seu traslado. A pessoa convidada, acusada, testemunha ou perito será informada do tipo e do montante dos gastos que a Parte requerente tenha concordado pagar-lhe.

5. A pessoa que compareça ao território da Parte requerente para cumprir uma solicitação de assistência estará sujeita ao disposto no ordenamento jurídico dessa Parte.

ARTIGO 11

Imunidade Referente ao Comparecimento

1. Nenhuma testemunha ou perito, de qualquer nacionalidade, que compareça perante as autoridades judiciais da Parte requerente, será perseguida, detida ou submetida a qualquer restrição de liberdade individual no território desta Parte por fatos ou condenações anteriores à sua saída do território da Parte requerida.
2. Uma pessoa de qualquer nacionalidade que compareça perante as autoridades competentes da Parte requerente para responder por fatos relacionados a um processo não poderá ser processada, detida ou submetida a qualquer outra restrição de liberdade pessoal por fatos ou condenações anteriores à sua saída do território da Parte requerida.
3. A imunidade referente ao comparecimento previsto no presente Artigo deixará de ter efeito quando a pessoa, tendo a possibilidade de abandonar o território da Parte requerente durante 15 (quinze) dias, a partir do momento em que sua presença não seja mais necessária, permaneça no território dessa Parte ou a ele regressar, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.

ARTIGO 12

Traslado Temporário da Pessoa Detida

1. A pessoa detida na Parte requerida que manifeste, por escrito, seu consentimento para comparecer à Parte requerente para testemunhar ou por qualquer outra necessidade do processo, trasladar-se-á temporariamente à Parte requerente, assegurando-se seu retorno à Parte requerida no prazo indicado por essa Parte e nos termos do disposto no Artigo 11.
2. O traslado da pessoa detida poderá ser denegado se:
 - a) sua presença é necessária em um processo penal em curso no território da Parte requerida;
 - b) o traslado implicar no prolongamento de sua detenção; ou
 - c) existirem outras circunstâncias excepcionais que impeçam seu traslado à Parte requerente.
3. A pessoa trasladada deverá permanecer detida no território da Parte requerente pelo prazo determinado pela autoridade judicial da Parte requerida.

ARTIGO 13

Medidas Provisionais ou Cautelares

1. Sem prejuízo do disposto no Artigo 2 e de acordo com o previsto no presente Artigo, a autoridade competente de uma das Partes poderá solicitar à outra que obtenha uma ordem judicial para tornar indisponível, seqüestrar, arrestar ou bloquear bens a fim de assegurar que estejam disponíveis para a execução de uma ordem de confisco.

2. Um requerimento efetuado em virtude deste Artigo deverá conter:
 - a) uma cópia da ordem judicial que determine a indisponibilidade, o seqüestro, arresto ou o bloqueio dos bens;
 - b) um resumo dos fatos, incluindo uma descrição do delito, onde e quando foi cometido, com referência aos dispositivos legais pertinentes;
 - c) se possível, uma descrição dos bens e de seu valor comercial, aos quais se pretenda adotar a medida provisional ou cautelar ou que se considere que possam ser indisponibilizados, seqüestrados, arrestados ou bloqueados e a relação dos mesmos com a pessoa contra a qual será iniciado ou tramita um procedimento judicial;
 - d) uma declaração do montante que se pretende indisponibilizar, seqüestrar, arrestar ou bloquear e dos fundamentos do cálculo do mesmo;
 - e) a estimativa do tempo a transcorrer até que o caso seja submetido a juízo e do tempo que transcorrerá até a decisão judicial definitiva.

3. A autoridade competente da Parte requerente informará, por solicitação da autoridade competente da Parte requerida, qualquer modificação no prazo a que se refere a letra "c" do parágrafo anterior e, ao fazê-lo, indicará a etapa de procedimento até então alcançada.

4. As autoridades competentes de cada uma das Partes informarão sobre a interposição de qualquer recurso ou de uma decisão adotada a respeito da indisponibilidade, seqüestro, arresto ou bloqueio solicitados ou adotados.

5. A autoridade competente da Parte requerida poderá impor uma condição que restrinja a duração da medida solicitada, a qual será informada à autoridade competente da Parte requerente, com a devida justificação.

6. Qualquer requerimento deverá ser executado unicamente de acordo com a legislação interna da Parte requerida e, em particular, com observância e garantia dos direitos de qualquer pessoa que possa ser atingida pela execução da medida.

ARTIGO 14

Entrega de Documentos, Expedientes ou Elementos de Prova

1. A Parte requerida poderá entregar cópia dos documentos, expedientes ou elementos de prova solicitados. Se a Parte requerente solicitar expressamente a entrega dos originais, a Parte requerida atenderá ao pedido na medida do possível.
2. A Parte requerente obriga-se a devolver os originais dos documentos com a brevidade possível ou, no máximo, ao fim do processo, a menos que a Parte requerida a isso renuncie.
3. Os direitos invocados por terceiros sobre documentos, expedientes ou elementos de prova na Parte requerida não impedirão a entrega de cópia autenticada à Parte requerente.

ARTIGO 15

Produtos do Delito

1. As autoridades competentes da Parte requerida, mediante solicitação de assistência jurídica, darão curso às averiguações, no âmbito de sua jurisdição, que permitam identificar a existência de qualquer produto ou instrumento de um delito e notificarão os resultados ou as pesquisas às autoridades competentes da Parte requerente por intermédio das Autoridades Centrais. Ao efetuar o pedido, a Parte requerente notificará a Parte requerida dos fatos pelos quais julga que os produtos ou instrumentos do delito possam encontrar-se em sua jurisdição.
2. Quando, em cumprimento do disposto no parágrafo 1, encontrem-se os produtos ou instrumentos do delito objeto da solicitação de assistência jurídica, a Parte requerida, a pedido da Parte requerente, tomará as medidas necessárias permitidas em sua legislação para evitar qualquer transação, transferência ou alienação dos mesmos enquanto esteja pendente uma decisão definitiva sobre tais produtos ou instrumentos.
3. Quando o condenado mantiver a propriedade ou posse dos produtos ou instrumentos do delito e na sentença se impuser uma obrigação pecuniária, ou se ordenar o confisco de um bem, ou se impuser qualquer outra medida de caráter definitivo, a Parte requerida poderá executar a sentença desde que sua legislação interna o permita.

4. Quando o condenado tiver disposto dos produtos ou instrumentos do delito, a autoridade competente da Parte requerida, por solicitação da autoridade competente da Parte requerente, determinará se terceiro os obteve sem ter conhecimento ou suspeita de que se tratava ou podia ter-se tratado de produtos ou instrumentos do delito. Caso a autoridade competente da Parte requerida determine que o terceiro não agiu de boa fé, ordenará o confisco dos bens.

ARTIGO 16

Execução de Ordens de Confisco

1. Caso a solicitação de assistência refira-se a uma ordem de confisco, a autoridade competente da Parte requerida poderá, sem prejuízo do disposto no Artigo 2:

- a) executar a ordem de confisco emitida por uma autoridade competente da Parte requerente relativa aos instrumentos ou produtos do delito, ou
- b) iniciar um procedimento para obter uma ordem de confisco, nos termos de sua legislação interna.

2. Sem prejuízo do disposto no Artigo 20, para os efeitos do presente Artigo, a solicitação deverá incluir:

- a) cópia da ordem de confisco, devidamente autenticada pelo funcionário judicial que a tenha expedido;
- b) informação sobre as provas que embasam a ordem de confisco;
- c) informação que indique que a sentença é devidamente executável;
- d) quando for o caso, a identificação dos bens disponíveis para execução ou dos bens a respeito dos quais se solicita a assistência jurídica, declarando a relação existente entre esses bens e a pessoa contra a qual foi expedida a ordem de confisco;
- e) quando seja procedente e conhecida, a informação sobre a existência de antecedentes relacionados com direitos ou interesses legítimos de terceiras pessoas sobre os bens objeto da solicitação;
- f) qualquer outra informação que possa ajudar a execução da solicitação de assistência jurídica.

3. Quando a legislação interna da Parte requerida não permitir a execução de uma solicitação em sua totalidade, esta Parte poderá cumpri-la na medida em que for possível, comunicando-se tal fato à Autoridade Central da Parte requerente.
4. A autoridade competente da Parte requerida poderá solicitar informações ou provas adicionais para atender à solicitação.
5. A ordem de confisco será executada nos termos da legislação interna da Parte requerida e, em particular, com observância dos direitos de qualquer pessoa que possa ser atingida por sua execução.
6. As Partes poderão acordar em cada caso particular, segundo a natureza e a importância da colaboração prestada, a divisão dos bens ou produto de sua venda obtidos como resultado do atendimento da solicitação pela Parte requerida no cumprimento deste Artigo.

ARTIGO 17

Interesse de Terceiros de Boa Fé sobre os Bens

1. Conforme previsto no presente Acordo, as autoridades competentes da Parte requerida tomarão, nos termos de sua legislação, as medidas necessárias para proteger os interesses e os direitos de terceiras pessoas de boa fé sobre os bens atingidos pelo atendimento das solicitações de assistência jurídica.
2. Qualquer pessoa atingida por uma ordem de indisponibilidade, seqüestro, arresto, bloqueio ou confisco de bens poderá interpor os recursos previstos na legislação interna da Parte requerida perante a autoridade competente.

ARTIGO 18

Notificação dos Atos, Documentos Processuais e Decisões Judiciais

1. A Parte requerida procederá à notificação dos atos, documentos processuais e decisões judiciais que lhe forem enviadas pela Parte requerente.
2. Esta notificação poderá efetuar-se pela simples entrega ao destinatário do documento ou da decisão judicial. Se a Parte requerente expressamente o solicitar, a Parte requerida efetuará notificação segundo uma das formas previstas em sua legislação para notificações análogas ou segundo qualquer forma especial que seja compatível com essa legislação.

3. Servirá de prova do recebimento do documento processual uma cópia datada e assinada pelo destinatário ou uma declaração da Parte requerida da qual conste o fato, a forma e a data de recebimento. Tal prova será enviada imediatamente à Parte requerente. Caso a Parte requerente o solicite, a Parte requerida precisará se o recebimento efetuou-se de acordo com sua legislação. Se não tiver sido possível efetuar a notificação, a Parte requerida dará conhecimento imediato do motivo à Parte requerente.

TÍTULO III Procedimento

ARTIGO 19 Conteúdo da Solicitação

1. A solicitação de assistência jurídica deverá ser formulada por escrito. Sob circunstâncias de caráter urgente ou caso seja permitido pela Parte requerida, as solicitações poderão cursar-se por fax ou por qualquer outro meio eletrônico, mas deverão ser formalizadas com a brevidade possível, devendo conter ao menos as seguintes informações:

- a) autoridade da qual emana e, se for o caso, a autoridade encarregada do procedimento penal da Parte requerente;
- b) objeto e motivo do pedido;
- c) se for o caso, nome completo, data e local de nascimento, nacionalidade e endereço da pessoa mencionada no pedido de assistência;
- d) descrição dos fatos que motivam a investigação na Parte requerente, juntando-se ou transcrevendo-se o texto das disposições legais pertinentes aos delitos;
- e) prazo em que a Parte requerente deseja o atendimento da solicitação.

2. A solicitação conterá ainda:

- a) no caso de aplicação de direito estrangeiro na execução do pedido, Artigo 8, inciso 2, o texto das disposições legais aplicáveis na Parte requerente e o motivo de sua aplicação.
- b) no caso de participação de pessoas no processo, Artigo 3, inciso 2, a designação da pessoa que comparecerá e o motivo de sua presença;

- c) no caso de recebimento de atos e documentos do processo, Artigos 10 e 17, o nome e o endereço do destinatário dos documentos;
- d) no caso de notificação para comparecimento de testemunhas ou peritos, Artigo 10, a indicação que a Parte requerente assumirá os gastos com passagens, diárias, honorários e indenizações, os quais serão pagos antecipadamente, se assim o solicitem;
- e) no caso de traslado temporário de pessoas detidas, Artigo 12, o nome completo das mesmas.

ARTIGO 20

Atendimento da Solicitação

1. Se a solicitação não se ajustar aos dispositivos do presente Acordo, a Autoridade Central da Parte requerida informará imediatamente à Autoridade Central da Parte requerente, à qual solicitará modificá-la ou completá-la no mais breve prazo, sem prejuízo da adoção das medidas provisionais a que se refere o Artigo 13.
2. Se a solicitação ajustar-se aos termos do presente Acordo, a Autoridades Centrais da Parte requerida a remeterá imediatamente à autoridade competente.
3. Atendida a solicitação, a autoridade competente a remeterá imediatamente à Autoridade Central da Parte requerida, bem como as informações e elementos de prova obtidos. A Autoridade Central assegurar-se-á de que o atendimento seja fiel e completo, e comunicará os resultados à Autoridade Central da Parte requerente.

ARTIGO 21

Dispensa de Legalização

Os documentos, expedientes ou elementos de prova transmitidos pela Autoridade Central da Parte requerida nos termos do presente Acordo estarão isentos de todas as formalidades de legalização e/ou autenticação e serão accitos como meios de prova.

ARTIGO 22

Idioma

1. Os pedidos feitos nos termos do presente Acordo e os documentos que o acompanhem serão redigidos no idioma oficial da autoridade da Parte requerida, salvo nos casos de notificação de peças processuais sem formalidades.

2. Compete à Parte requerente a tradução dos documentos emitidos ou obtidos para o atendimento de uma solicitação.

ARTIGO 23

Gastos com o Atendimento da Solicitação

1. A Parte requerente assumirá apenas os seguintes gastos efetuados para o atendimento de uma solicitação:

- a) indenizações, passagens e diárias de testemunhas e de seus eventuais representantes;
- b) gastos relativos ao traslado temporário de pessoas detidas;
- c) passagens, diárias, honorários e outros gastos de peritos.

2. Ao presumir que o atendimento da solicitação produzirá gastos extraordinários, a Parte requerida informará à Parte requerente a fim de estabelecer as condições às quais estará sujeito.

TÍTULO IV Disposições Finais

ARTIGO 24

Outros Acordos ou Convênios e Legislações Nacionais

As disposições do presente Acordo não impedirão a assistência mais ampla que tenha sido ou venha a ser acordada entre as Partes, em outros acordos ou convênios, ou que resulte da legislação interna ou de uma prática estabelecida.

ARTIGO 25

Consultas

1. Caso considerem necessário, as Autoridades Centrais trocarão, por escrito ou verbalmente, opiniões sobre a aplicação ou a execução do presente Acordo, de maneira geral ou em caso específico.

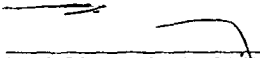
2. Qualquer controvérsia que surja entre as Partes relacionada com a interpretação ou com a aplicação deste Acordo será resolvida entre as mesmas por via diplomática.

ARTIGO 26
Vigência e Denúncia

1. O presente Acordo deverá ser ratificado e entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de troca dos respectivos instrumentos de ratificação.
2. Este Acordo terá duração indefinida. Qualquer das Partes poderá denunciá-lo por meio de notificação escrita, encaminhada por via diplomática.
3. A denúncia terá efeito cento e oitenta dias após ter sido efetuada a referida notificação.

Feito em Lima, em 91 de julho de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU
Fernando Trazegnies Granda

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO DE ASISTENCIA JUDICIAL EN MATERIA PENAL
ENTRE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA
REPUBLICA DEL PERU**

La República Federativa del Brasil y la República del Perú, en adelante las Partes:

ANIMADOS por el propósito de intensificar la asistencia judicial y la cooperación en materia penal:

RECONOCIENDO que la lucha contra la delincuencia requiere de la actuación conjunta de los Estados;

CONVENCIDOS de la necesidad de desarrollar acciones conjuntas de prevención, control y sanción del delito en todas sus formas, a través de la coordinación y ejecución de programas concretos y, de agilizar los mecanismos de asistencia judicial;

CONSCIENTES que el incremento de las actividades delictivas hace necesario el fortalecimiento de los mecanismos de cooperación y asistencia judicial en materia penal.

ACUERDAN:

TITULO I

DISPOSICIONES GENERALES

ARTICULO I

DEFINICIONES

1. Para los efectos del presente Acuerdo:
 - a. "Decomiso" significa la privación con carácter definitivo de bienes productos o instrumentos del delito, por decisión de un tribunal o de otra autoridad competente;
 - b. "Producto del Delito" significa bienes de cualquier índole, derivados u obtenidos directa o indirectamente por cualquier persona, de la comisión de un delito o el valor equivalente de tales bienes;

- e. "Bienes" significa los activos de cualquier tipo, corporales o incorporales, muebles o inmuebles, tangibles o intangibles y los documentos o instrumentos legales que acreditan la propiedad u otros derechos sobre dichos activos;
- d. "Embargo Preventivo, Secuestro o Incautación de Bienes" significa la prohibición temporal de transferir, convertir, enajenar o movilizar bienes, así como la custodia o el control temporal de bienes por mandamiento expedido por un tribunal o por una autoridad competente.

ARTICULO 2

OBLIGACION DE ASISTENCIA MUTUA

- 1. Las Partes se obligan a prestarse asistencia mutua, de conformidad con las disposiciones del presente Acuerdo y de sus respectivos ordenamientos jurídicos en la realización de investigaciones, juzgamientos y procedimientos penales iniciados por hechos cuyo conocimiento corresponde a las autoridades competentes de la Parte requirente.
- 2. La asistencia será prestada aún cuando el hecho por el cual se siga un procedimiento en la Parte requirente, no esté previsto como delito en la Parte requerida.
- 3. Sin embargo, para la ejecución de inspecciones personales y registros, decomisos, embargo de bienes, de secuestros con fines probatorios e interceptación telefónica por mandato judicial debidamente motivado, así como para la ejecución de medidas que involucren algún tipo de coerción, la asistencia será prestada sólo si el hecho por el que se procede en la Parte requirente está previsto como delito también por la ley de la Parte requerida, o bien si resultare que la persona contra quien se procede ha expresado libremente su consentimiento en forma escrita.

ARTICULO 3

AMBITO DE APLICACIÓN

- 1. Las Partes se prestarán, de acuerdo con su legislación interna, asistencia mutua en el intercambio de información, pruebas, enjuiciamientos y actuaciones en materia penal. Dicha asistencia comprenderá, entre otras:
 - a. Localización e identificación de personas y bienes;
 - b. Notificación de actos judiciales;
 - c. Remisión de documentos e informaciones judiciales;

- d. Ejecución de registros domiciliarios e inspecciones judiciales;
 - e. Recepción de testimonios e interrogatorio de imputados;
 - f. Citación y traslado voluntario de personas para los efectos del presente Acuerdo, en calidad de testigos, imputados y peritos;
 - g. Traslado voluntario de personas detenidas, para rendir testimonio en el territorio de la Parte requirente;
 - h. Embargo, Secuestro y decomiso de bienes, inclusive el levantamiento del secreto bancario;
 - i. Cualquier otra forma de asistencia, siempre que la legislación de la Parte requerida lo permita y de conformidad con su legislación.
2. Las Partes facilitarán el ingreso y la presencia en el territorio de la Parte requerida de autoridades competentes de la Parte requirente a fin que asistan y participen en las actuaciones solicitadas, siempre que ello no contravenga lo dispuesto en su legislación interna. Los funcionarios de la Parte requirente actuarán conforme a la autorización de las autoridades competentes de la Parte requerida.

ARTICULO 4

LIMITACIONES A LA ASISTENCIA

- 1. La Parte requirente no usará ninguna información o prueba obtenida mediante este Acuerdo para fines distintos a los declarados en la solicitud de asistencia judicial, sin previa autorización de la Parte requerida.
- 2. Este Acuerdo no facultará a las Partes para ejecutar, en el territorio de la Parte donde se realizan las diligencias, funciones reservadas exclusivamente a las autoridades de dicha Parte de conformidad con su legislación interna.
- 3. Este Acuerdo no se aplicará a:
 - a. La detención de personas con el fin que sean extraditadas, ni a las solicitudes de extradición;
 - b. El traslado de personas condenadas con el objeto que cumplan sentencia penal;
 - c. La asistencia a particulares o terceros Estados.

ARTICULO 5

ASISTENCIA CONDICIONADA

1. La Autoridad competente de la Parte requerida, si determina que la ejecución de una solicitud habrá de obstaculizar alguna investigación o procedimiento penal que se esté realizando en dicha Parte, podrá aplazar su cumplimiento o condicionarlo en la forma que considere necesaria.
2. La Autoridad Central de la Parte requerida pondrá en conocimiento de la Autoridad Central de la Parte requirente lo expuesto en el párrafo anterior, a fin que ésta acepte la asistencia condicionada en cuyo caso respetará las condiciones establecidas.
3. Cuando una solicitud de asistencia judicial no pudiese ser cumplida parcial o totalmente, la Parte requerida lo comunicará a la Parte requirente señalando expresamente los motivos o causas del incumplimiento, caso en el cual la Parte requirente decidirá si insiste en la solicitud o desiste de ella.

ARTICULO 6

DENEGACION DE LA ASISTENCIA

1. La Parte requerida podrá negar la asistencia cuando:
 - a. La solicitud de asistencia judicial sea contraria a su ordenamiento jurídico o no sea conforme a las disposiciones de este Acuerdo;
 - b. Considere que el cumplimiento de la solicitud pueda obstaculizar una investigación o proceso penal en curso en dicha Parte, salvo lo dispuesto en el Artículo 5 del presente Acuerdo;
 - c. La solicitud de asistencia judicial que se refiera a un delito respecto del cual la persona haya sido exonerada de responsabilidad penal definitivamente, o habiéndose la condenado, se hubiera cumplido o extinguido la pena;
 - d. La investigación haya sido iniciada con el objeto de procesar o discriminar en cualquier forma a una persona o grupo de personas por razones de raza, sexo, condición social, nacionalidad, religión, ideología o cualquier otra forma de discriminación;
 - e. El otorgamiento de la asistencia pueda afectar el orden público, la soberanía, la seguridad nacional o los intereses públicos fundamentales de la Parte requerida;

- f. La solicitud de asistencia judicial se refiera a un delito político, militar o conexo a éstos.
2. La Parte requerida informará a la Parte requirente la denegación de la asistencia mediante escrito fundamentado.

ARTICULO 7

AUTORIDAD CENTRAL

1. Para efectos del presente Acuerdo, la Autoridad Central es, respecto de la República Federativa del Brasil, el Ministerio de Justicia, y para la República del Perú, el Ministerio Público.
2. La Autoridad Central de la Parte requerida atenderá en forma expeditiva las solicitudes y cuando corresponda las transmitirá a las autoridades competentes para ejecutarlas.
3. Las solicitudes se transmitirán por vía diplomática .
4. Las Autoridades Centrales de las dos Partes podrán establecer comunicación directa entre ellas.

TITULO II

OBTENCION DE LOS ELEMENTOS DE PRUEBA

ARTICULO 8

LEY APLICABLE

1. Las solicitudes serán cumplidas de conformidad con la legislación de la Parte requerida.
2. La Parte requerida podrá prestar la asistencia judicial de acuerdo con las formas y procedimientos especiales indicados en la solicitud de la Parte requirente, salvo cuando éstas sean incompatibles con su ley interna.

ARTICULO 9

CONFIDENCIALIDAD

1. La Parte requerida mantendrá bajo reserva la solicitud de asistencia judicial, salvo que su levantamiento sea necesario para ejecutar el requerimiento.
2. Si para el cumplimiento o ejecución del requerimiento fuere necesario el levantamiento de la reserva, la Parte requerida solicitará su aprobación a la Parte requirente, mediante comunicación escrita sin la cual no se ejecutará la solicitud.
3. La Parte requirente mantendrá la reserva de las pruebas e información proporcionadas por la Parte requerida, salvo que su levantamiento sea necesario para la investigación o procedimiento descritos en la solicitud.

ARTICULO 10

COMPARECENCIA ANTE LA PARTE REQUIRENTE

1. La solicitud de asistencia judicial enviada a las autoridades competentes de la Parte requerida, que tenga por objeto la comparecencia de un imputado, testigo o perito ante las autoridades competentes de la Parte requirente, deberá ser transmitida por la Autoridad Central de la Parte requirente por lo menos 45 días antes de la fecha fijada para la ejecución de la diligencia objeto de la solicitud.
En caso contrario, la Autoridad Central requerida lo devolverá a la Parte requirente. No obstante, la Autoridad Central de la Parte requerida podrá solicitar por escrito a la Parte requirente la ampliación del término.
2. La autoridad competente de la Parte requerida registrará por escrito el consentimiento de la persona cuya comparecencia se solicita en la Parte requirente e informará con prontitud a la Autoridad Central de la Parte requirente de dicha respuesta.
3. La autoridad competente de la Parte requerida procederá a efectuar la notificación según la solicitud formulada, pero sin que puedan surtir efecto las cláusulas conminatorias o sanciones previstas en la legislación de la Parte requirente para el caso de no comparecencia.
4. La solicitud de asistencia judicial deberá mencionar el importe de los viáticos, honorarios e indemnizaciones que pueda percibir la persona notificada con motivo de su traslado. La persona requerida, imputado, testigo o perito, será informada de la clase y monto de los gastos que la Parte requirente haya consentido en pagarle.

5. Toda persona que comparezca en el territorio de la Parte requirente en cumplimiento de una solicitud de asistencia, estará sujeta a lo dispuesto en el ordenamiento jurídico de esa Parte.

ARTICULO 11

INMUNIDAD RESPECTO A LA COMPARECENCIA

1. Ningún testigo o perito, cualquiera sea su nacionalidad, que comparezca ante las autoridades judiciales de la Parte requirente, será perseguido ni detenido o sometido a ninguna otra restricción de su libertad individual en el territorio de dicha Parte, por hechos o condenas anteriores a su salida del territorio de la Parte requerida.
2. Una persona, cualquiera sea su nacionalidad, que comparezca ante las autoridades competentes de la Parte requirente, con el fin de responder por hechos que son objeto de un proceso, no podrá ser procesada, detenida o sujeta a cualquier otra restricción de su libertad personal por hechos o condenas anteriores a su salida del territorio de la Parte requerida.
3. La inmunidad respecto a la comparecencia prevista en el presente artículo, dejará de tener efecto cuando la persona, habiendo tenido la posibilidad de abandonar el territorio de la Parte requirente durante quince días calendario luego de que ya no se requiera su presencia, permanezca aún en dicho territorio o regrese a él después de haberlo abandonado, salvo circunstancias de caso fortuito o fuerza mayor.

ARTICULO 12

TRASLADO TEMPORAL DEL DETENIDO

1. Toda persona detenida en la Parte requerida, que exprese su consentimiento por escrito, para comparecer en la Parte requirente con fines de dar testimonio, confrontar o por cualquier otra necesidad del proceso, se trasladará temporalmente a la Parte requirente, con la condición de devolver al detenido a la Parte requerida en el plazo indicado por dicha Parte y con sujeción a las disposiciones del artículo 11.
2. Podrá denegarse el traslado:
 - a. Si su presencia es necesaria en un proceso penal en curso en el territorio de la Parte requerida;
 - b. Si su traslado pudiera ser causa de que se prolongara su detención, o;
 - c. Si existen otras circunstancias excepcionales que se opongan a su traslado a la Parte requirente.

3. La persona trasladada deberá permanecer detenida en el territorio de la Parte requirente, mientras así lo determine la autoridad judicial de la Parte requerida.

ARTICULO 13

MEDIDAS PROVISIONALES O CAUTELARES

1. Sin perjuicio de lo dispuesto en el artículo 2 y de acuerdo con las previsiones del presente artículo, la autoridad competente de una de las Partes podrá solicitar a la otra que obtenga una orden con el propósito de embargar preventivamente, secuestrar o incautar bienes para asegurar que éstos se encuentren disponibles para la ejecución de una orden de decomiso.
2. Un requerimiento efectuado en virtud de este artículo deberá incluir:
 - a. Una copia de la orden de embargo preventivo, secuestro o incautación.
 - b. Un resumen de los hechos del caso, incluyendo una descripción del delito, dónde y cuándo se cometió y una referencia a las disposiciones legales pertinentes.
 - c. Si fuera posible, una descripción de los bienes, su valor comercial respecto de los cuales se pretende se efectúe la medida provisional o cautelar, o que se considere estén disponibles para el embargo preventivo, secuestro o la incautación y la relación de éstos con la persona contra la que se inició o se iniciará un procedimiento judicial.
 - d. Una declaración de la suma que se pretende embargar, secuestrar o incautar y de los fundamentos del cálculo de la misma.
 - e. La estimación del tiempo que transcurrirá antes que el caso sea enviado a juicio y del tiempo que pasará hasta que se dicte la decisión judicial definitiva.
3. La autoridad competente de la Parte requirente informará a solicitud de la autoridad competente de la Parte requerida cualquier modificación en el plazo a que se hace referencia en la letra e) del párrafo anterior y al hacerlo, indicará la etapa de procedimiento que se hubiera alcanzado.
4. Las autoridades competentes de cada una de las Partes informarán con prontitud sobre el ejercicio de cualquier recurso o de una decisión adoptada respecto del embargo, secuestro o incautación solicitada o adoptada.
5. La autoridad competente de la Parte requerida podrá imponer una condición que limite la duración de la medida solicitada, la cual será notificada con prontitud a la autoridad competente de la Parte requirente, explicando su motivación.

6. Cualquier requerimiento deberá ser ejecutado únicamente conforme a la legislación interna de la Parte requerida, y en particular, en observancia y garantía de los derechos de cualquier persona que pueda ser afectada por la ejecución de la medida.

ARTICULO 14

REMISION DE DOCUMENTOS, EXPEDIENTES O ELEMENTOS DE PRUEBA

1. La Parte requerida podrá remitir copias de los documentos, expedientes o elementos de prueba solicitados. Si la Parte requirente solicita expresamente la remisión de los originales, la Parte requerida procederá a ello en la medida de lo posible.
2. La Parte requirente está obligada a devolver los originales de dichos documentos a la brevedad posible y, a más tardar, al término del proceso, a menos que la Parte requerida renuncie a ello.
3. Los derechos invocados por terceros sobre documentos, expedientes o elementos de prueba en la Parte requerida no impedirán la remisión de la copia certificada a la Parte requirente.

ARTICULO 15

PRODUCTOS DEL DELITO

1. Las autoridades competentes de la Parte requerida, previa solicitud de asistencia judicial, procederán a realizar aquellas averiguaciones, dentro de su jurisdicción, que permitan determinar si se encuentra cualquier producto o instrumento de un delito y notificarán los resultados o las pesquisas a las autoridades competentes de la Parte requirente a través de las Autoridades Centrales. Al efectuar el requerimiento la Parte requirente notificará a la Parte requerida los hechos por los cuales entiende que los productos o instrumentos del delito se pueden hallar en su jurisdicción.
2. Cuando en cumplimiento del párrafo 1 se encuentren los productos o instrumentos del delito objeto de la solicitud de asistencia judicial, la Parte requerida a pedido de la Parte requirente, tomará las medidas necesarias permitidas por sus leyes para evitar cualquier transacción, transferencia o enajenación de los mismos mientras esté pendiente una decisión definitiva sobre dichos productos o instrumentos.
3. Cuando el condenado por un delito mantenga la propiedad, posesión o tenencia de los productos o instrumentos de dicho delito y en la sentencia se imponga una obligación de contenido pecuniario, o se ordene el decomiso de un bien, o se imponga cualquier otra medida de carácter definitivo, la Parte requerida podrá ejecutar la sentencia en la medida en que su legislación interna lo permita.

4. Cuando el condenado por un delito ha dispuesto de los productos o instrumentos del mismo, la autoridad competente de la Parte requerida, a solicitud de la autoridad competente de la Parte requirente, determinará si el tercero los obtuvo sin haber sabido o sospechado que se trataba o podía haberse tratado de los productos o instrumentos del delito. Si la autoridad competente de la Parte requerida determina que el tercero no actuó de buena fe, ordenará el decomiso de los bienes.

ARTICULO 16

EJECUCION DE ORDENES DE DECOMISO

1. En el caso que la solicitud de asistencia se refiera a una orden de decomiso, la autoridad competente de la Parte requerida podrá, sin perjuicio de lo previsto en el artículo 2:
 - a. Ejecutar la orden de decomiso emitida por una autoridad competente de la Parte requirente relativa a los instrumentos o productos del delito: o
 - b. Iniciar un procedimiento con el objeto de obtener una orden de decomiso, conforme a su legislación interna.
2. Sin perjuicio de lo establecido en el Artículo 20 del presente Acuerdo, para los efectos del presente artículo, deberá incluirse lo siguiente:
 - a. Una copia de la orden de decomiso, debidamente certificada por el funcionario judicial que la expidió;
 - b. Información sobre las pruebas que sustentan la base sobre la cual se dictó la orden de decomiso;
 - c. Información que indique que la sentencia se encuentra debidamente ejecutoriada;
 - d. Cuando corresponda, la identificación de los bienes disponibles para la ejecución o los bienes respecto de los cuales se solicita la asistencia judicial, declarando la relación existente entre esos bienes y la persona contra la cual se expidió la orden de decomiso;
 - e. Cuando sea procedente y se conozca, la información acerca de la existencia de antecedentes relacionados con derechos o intereses legítimos de terceras personas sobre los bienes objeto del requerimiento;
 - f. Cualquier otra información que pueda ayudar a los fines de ejecución de la solicitud de asistencia judicial.

3. Cuando la legislación interna de la Parte requerida no permita ejecutar una solicitud en su totalidad, ésta podrá darle cumplimiento en la medida en que fuere posible y lo comunicará a través de la Autoridad Central.
4. La autoridad competente de la Parte requerida podrá solicitar información o pruebas adicionales con el fin de llevar a cabo el requerimiento.
5. La orden de decomiso se ejecutará de acuerdo con la legislación interna de la Parte requerida y, en particular en observancia de los derechos de cualquier persona que pueda ser afectada por su ejecución.
6. Las Partes podrán acordar en cada caso particular, según la naturaleza e importancia de la colaboración prestada, el quantum en el reparto de los bienes obtenidos o producto de su venta, como resultado de la ejecución del requerimiento por la Parte requerida en cumplimiento de este artículo.

ARTICULO 17

INTERESES DE TERCEROS DE BUENA FE SOBRE LOS BIENES

1. Conforme a lo previsto en el presente Acuerdo, las autoridades competentes de la Parte requerida tomarán según su legislación, las medidas necesarias para proteger los intereses y derechos de terceras personas de buena fe sobre los bienes afectados por la ejecución de las solicitudes de asistencia judicial.
2. Cualquier persona afectada por una orden de embargo preventivo, secuestro, incautación o decomiso, podrá interponer los recursos previstos en la legislación interna de la Parte requerida ante la autoridad competente.

ARTICULO 18

NOTIFICACION DE LOS ACTOS Y DOCUMENTOS PROCESALES Y DE RESOLUCIONES JUDICIALES

1. La Parte requerida procederá a la notificación de los actos y documentos procesales y de las resoluciones judiciales que le fueren enviadas con ese fin por la Parte requirente.
2. Esta notificación podrá efectuarse mediante la simple entrega al destinatario del documento o la resolución. Si la Parte requirente lo solicita expresamente, la Parte requerida efectuará la notificación en una de las formas previstas por su legislación para notificaciones análogas o en alguna forma especial que sea compatible con dicha legislación.

3. Servirá como prueba de la notificación del documento procesal una copia fechada y firmada por el destinatario o una declaración de la Parte requerida en la que se haga constar el hecho, la forma, y la fecha de la notificación. Cualquiera de estos documentos será enviado inmediatamente a la Parte requirente. Si esta última lo solicita, la Parte requerida precisará si la notificación se ha efectuado de conformidad con su ley. Si no hubiere podido efectuarse la notificación, la Parte requerida dará a conocer inmediatamente el motivo a la Parte requirente.

TITULO III

PROCEDIMIENTO

ARTICULO 19

CONTENIDO DE LA SOLICITUD

1. La solicitud de asistencia judicial deberá formularse por escrito. Bajo circunstancias de carácter urgente o en el caso que sea permitido por la Parte requerida, las solicitudes podrán hacerse a través de una transmisión por Fax o por cualquier otro medio electrónico, pero deberán ser formalizadas a la mayor brevedad posible y contendrán al menos la siguiente información:
 - a. la autoridad de la que emana y, en su caso, la autoridad encargada del procedimiento penal en la Parte requirente;
 - b. el objeto y el motivo del pedido;
 - c. si fuera el caso, el nombre completo, lugar y fecha de nacimiento, nacionalidad y dirección de la persona que tenga relación con la solicitud de asistencia;
 - d. una descripción de los hechos que dan lugar a la investigación en la Parte requirente, adjuntándose o transcribiéndose, en cuanto a los delitos, el texto de las disposiciones legales pertinentes;
 - e. el término dentro del cual la Parte requirente desea que la solicitud sea cumplida.
2. La solicitud contendrá además:
 - a. En el caso de aplicación del derecho extranjero en la ejecución del pedido, artículo 8, numeral 2, el texto de las disposiciones legales aplicables en la Parte requirente y el motivo de su aplicación;

- b. En el caso de participación de personas en el proceso, artículo 3, numeral 2, la designación de la persona que asistirá y el motivo de su presencia.
- c. En el caso de notificación de los actos y documentos del proceso, artículos 10 y 17, el nombre y la dirección del destinatario de los documentos.
- d. En el caso de notificación para que comparezcan testigos o peritos, artículo 10, la indicación que la Parte requirente asumirá los pasajes, viáticos, honorarios e indemnizaciones, los cuales serán pagados por anticipado, si se lo solicitan.
- e. En el caso de traslado temporal de personas detenidas, artículo 12, el nombre completo de ellas.

ARTICULO 20

EJECUCION DE LA SOLICITUD

1. Si la solicitud no se ajusta a las disposiciones del presente Acuerdo, la Autoridad Central de la Parte requerida lo hará saber inmediatamente a la Autoridad Central de la Parte requirente solicitándole modificarla o completarla en el plazo más breve, sin perjuicio de la adopción de medidas provisionales a que se refiere el artículo 13.
2. Si la solicitud se ajusta al Acuerdo, la Autoridad Central de la Parte requerida la derivará inmediatamente a la autoridad competente.
3. Después de la ejecución de la solicitud, la autoridad competente la remitirá a la Autoridad Central de la Parte requerida, así como las informaciones y elementos de prueba que se hubieran obtenido. La Autoridad Central se asegurará que la ejecución sea fiel y completa, y comunicará los resultados a la Autoridad Central de la Parte requirente.

ARTICULO 21

DISPENSA DE LEGALIZACION

Los documentos, expedientes o elementos de prueba transmitidos por la Autoridad Central de la Parte requerida, en aplicación del presente Acuerdo, estarán exentos de todas las formalidades de legalización y/o autenticación y serán aceptados como medios de prueba.

ARTICULO 22

IDIOMA

1. Los pedidos hechos según las disposiciones del presente Acuerdo y los documentos que lo acompañan, serán redactados en el idioma oficial de la autoridad encargada de ejecutar la solicitud, salvo en los casos de notificación de piezas procesales sin formalidades.
2. La traducción de los documentos emitidos u obtenidos en el marco de la ejecución de la solicitud corresponde a la Parte requirente.

ARTICULO 23

GASTOS GENERADOS POR LA EJECUCION DE LA SOLICITUD

1. La Parte requirente asumirá únicamente los siguientes gastos efectuados con motivo de la ejecución de una solicitud:
 - a. indemnizaciones, pasajes y viáticos de testigos y de sus eventuales representantes;
 - b. gastos relativos al traslado temporal de personas detenidas;
 - c. Pasajes, viáticos, honorarios y otros gastos de los peritos.
2. Si se presume que la ejecución del pedido generará gastos extraordinarios, la Parte requerida lo informará a la Parte requirente a fin de fijar las condiciones a las que estará sujeta la ejecución de la solicitud.

TITULO IV

DISPOSICIONES FINALES

ARTICULO 24

OTROS ACUERDOS O CONVENIOS Y LEGISLACIONES NACIONALES

Las disposiciones del presente Acuerdo no impedirán la asistencia más amplia que haya sido o sea convenida entre las Partes, en otros acuerdos o convenios, o que resultase de la legislación interna o de una práctica establecida.

ARTICULO 25

CONSULTAS

1. Si lo consideran necesario, las Autoridades Centrales, verbalmente o por escrito, intercambiarán opiniones sobre la aplicación o la ejecución del presente Acuerdo, de manera general o en un caso particular.
2. Cualquier controversia que surja entre las Partes relacionada con la interpretación o aplicación de este Acuerdo será resuelta por consulta entre la Partes por vía diplomática.

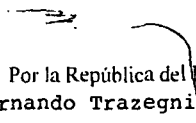
ARTICULO 26

ENTRADA EN VIGENCIA Y DENUNCIA

1. El presente Acuerdo deberá ser ratificado y entrará en vigor a los treinta (30) días a partir de la fecha del intercambio de los respectivos instrumentos de ratificación.
2. Este Acuerdo tendrá una duración indefinida. Cualquiera de las Partes podrá denunciarlo, mediante notificación escrita a través de la vía diplomática.
3. La denuncia será efectiva ciento ochenta (180) días después de haberse efectuado dicha notificación.

Hecho en Lima, a los veintiún días del mes de julio de mil novecientos noventa y nueve, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y castellano, ambos igualmente válidos.


Por la República Federativa del Brasil
Luiz Felipe Lampreia


Por la República del Perú
Fernando Trazegnies Granda

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT ON JUDICIAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS
BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE
REPUBLIC OF PERU

The Federative Republic of Brazil and the Republic of Peru, hereinafter referred to as the Parties;

Inspired by the aim of strengthening judicial assistance and cooperation in criminal matters;

Recognizing that the fight against crime calls for joint action by States;

Convinced of the need to take joint action to prevent, control and penalize crime in all its forms through the coordination and implementation of specific programmes and to streamline mechanisms for judicial assistance;

Aware that the increase in criminal activities requires the strengthening of the mechanisms for judicial cooperation and assistance in criminal matters;

Agree as follows:

TITLE I. GENERAL PROVISIONS

Article 1. Definitions

1. For the purposes of this Agreement:

(a) "Confiscation" means the final forfeiture of the proceeds or instrumentalities of crime pursuant to a ruling given by a court or another competent authority;

(b) "Proceeds of crime" means property of any kind directly or indirectly derived or obtained by anyone as a result of the commission of an offence, or the equivalent value thereof;

(c) "Property" means assets of any kind, corporeal or incorporeal, movable or immovable, tangible or intangible, and legal documents or instruments which attest to ownership or other rights in respect of those assets;

(d) "Provisional attachment, seizure or impoundment of property" means a temporary prohibition on the transfer, conversion, disposal or movement of property and the temporary custody or control of property by order of a court or a competent authority.

Article 2. Mutual assistance obligation

1. The Parties undertake to assist each other, in accordance with the provisions of this Agreement and of their respective legal regimes, in carrying out criminal investigations, prosecutions and proceedings instituted on the basis of acts whose investigation is the responsibility of the competent authorities of the requesting Party.

2. Assistance shall be provided even if the act in respect of which proceedings have been instituted in the requesting Party does not constitute an offence in the requested Party.

3. Nonetheless, for the execution of searches of persons and property, confiscations, the attachment of property, seizures for the purpose of collecting evidence, the interception of telephone communications pursuant to a reasoned judicial order and for the implementation of any kind of coercive measures, assistance shall be provided only if the act in respect of which proceedings have been instituted in the requesting Party is also considered an offence under the law of the requested Party, or if the defendant has freely given his written consent.

Article 3. Scope

1. The Parties shall provide mutual assistance, in accordance with the provisions of their domestic legislation, with respect to information exchange, evidence, prosecutions and proceedings in criminal matters. Such assistance shall include, inter alia:

- (a) Locating and identifying persons and property;
- (b) Service of process;
- (c) Transmitting documents and judicial information;
- (d) Executing requests for searches of places of residence and judicial inspections;
- (e) Receiving testimony from and interrogating defendants;
- (f) Summoning and transferring persons who are to appear voluntarily as witnesses, defendants or experts for the purposes of this Agreement;
- (g) Transferring persons in custody who are voluntarily to give testimony in the territory of the requesting Party;
- (h) Attachment, seizure and confiscation of property, including the lifting of banking secrecy;
- (i) Any other form of assistance, provided that it is not incompatible with the laws of the requested Party.

2. The Parties shall facilitate the entry into and presence in the territory of the requested Party of competent authorities from the requesting Party for the purpose of attending and participating in the requested actions, provided that the provisions of the domestic legislation of that Party are not violated thereby. Officials from the requesting Party shall act in accordance with the authorization granted by the competent authorities of the requested Party.

Article 4. Limitations on assistance

1. The requesting Party shall not use any information or evidence obtained pursuant to this Agreement for purposes other than those set out in the request for judicial assistance without the prior authorization of the requested Party.

2. This Agreement does not entitle either Party to carry out in the territory of the Party in which the proceedings are being conducted functions reserved exclusively under the latter's domestic legislation for its own authorities.

3. This Agreement shall not apply to:

- (a) The detention of persons with a view to their extradition, or requests for extradition;
- (b) The transfer of convicted persons to serve criminal sentences;
- (c) Assistance to individuals or third States.

Article 5. Conditional assistance

1. If the competent authority of the requested Party decides that complying with a request will interfere with an ongoing criminal investigation or proceeding in its territory, it may suspend execution of the request or impose any conditions it deems necessary.

2. The Central Authority of the requested Party shall inform the Central Authority of the requesting Party about the conditions imposed pursuant to the preceding paragraph. If the latter agrees to assistance subject to these conditions, the requesting Party shall comply with the conditions.

3. When a request for judicial assistance cannot be executed in part or in full, the requested Party shall so inform the requesting Party and shall specify the reasons for non-execution. The requesting Party shall decide whether to pursue the request or withdraw it.

Article 6. Denial of assistance

1. The requested Party may refuse assistance if:

- (a) The request for judicial assistance is contrary to its legal regime or is not in conformity with the provisions of this Agreement;
- (b) The requested Party considers that complying with the request may interfere with a criminal investigation or trial under way in its territory, except as provided for in article 5 of this Agreement;
- (c) The person has been finally acquitted of the offence to which the request for judicial assistance refers, or has served a sentence for it, or the sentence has been dismissed;
- (d) The investigation has been opened for the purpose of prosecuting or discriminating in any way against a person or group of persons because of race, gender, social status, nationality, religion, ideology or on any other grounds;
- (e) Providing assistance may affect the public order, sovereignty, national security or essential public interests of the requested Party;
- (f) The request for judicial assistance refers to an offence of a political, military or related nature.

2. The requested Party shall notify the requesting Party of its refusal to assist in a written document with a statement of the reasons therefor.

Article 7. Central Authorities

1. For the purposes of this Agreement, the Central Authority of the Federative Republic of Brazil shall be the Ministry of Justice, and the Central Authority for the Republic of Peru shall be the Office of the Public Prosecutor.
2. The Central Authority of the requested Party shall deal expeditiously with requests and, where appropriate, shall transmit them to the competent authorities for action.
3. Requests shall be transmitted through the diplomatic channel.
4. The Central Authorities of the two Parties may communicate directly with one another.

TITLE II. COLLECTION OF EVIDENCE

Article 8. Applicable law

1. Requests shall be executed in accordance with the legislation of the requested Party.
2. The requested Party may provide judicial assistance in accordance with any special measures or procedures indicated in the request from the requesting Party, unless they are incompatible with its domestic law.

Article 9. Confidentiality

1. The requested Party shall keep the request for judicial assistance confidential, unless breaching confidentiality is necessary for the execution of the request.
2. If breaching confidentiality is necessary in order to comply with or execute the request, the requested Party shall seek the requesting Party's approval in writing, failing which the request shall not be executed.
3. The requesting Party shall keep the evidence and information provided by the requested Party confidential, unless its disclosure is necessary for the investigation or proceeding described in the request.

Article 10. Testimony in the requesting Party

- I. A request for judicial assistance regarding the appearance of a defendant, witness or expert before the competent authorities of the requesting Party sent to the competent authorities of the requested Party must be transmitted by the Central Authority of the requesting Party at least 45 days before the date set for performing the judicial measure referred to in the request. Failing this, the requested Central Authority shall return it to the requesting Party. However, the Central Authority of the requested Party may make a written request to the requesting Party for an extension of the time limit.
2. The competent authority of the requested Party shall record in writing the consent of the person whose appearance is requested by the requesting Party and shall immediately inform the Central Authority of the requesting Party of that reply.

3. The competent authority of the requested Party shall effect service of documents in accordance with the request. However, orders or penalties in respect of failure to appear provided for in the legislation of the requesting Party shall have no effect.

4. The request for judicial assistance must refer to the subsistence allowance, fees and compensation to which the person summoned is entitled on account of his transfer. The requested person, defendant, witness or expert shall be notified of the type and amount of expenses that the requesting Party has consented to pay.

5. Any person appearing in the territory of the requesting Party pursuant to a request for assistance shall be subject to the legal regime of that Party.

Article 11. Immunity in connection with giving testimony

1. No witness or expert, regardless of nationality, who appears before the judicial authorities of the requesting Party shall be prosecuted, detained or subjected to any other restriction on his personal freedom in the territory of that Party on account of acts or convictions preceding his departure from the territory of the requested Party.

2. No person, regardless of nationality, who appears before the competent authorities of the requesting Party to give testimony concerning acts forming the subject of a trial may be prosecuted, detained or subjected to any other restriction on his personal freedom on account of acts or convictions preceding his departure from the territory of the requested Party.

3. The immunity provided for in this article shall cease to have effect if the person concerned, having had 15 calendar days to leave the territory of the requesting State after his presence is no longer required, remains in that territory or returns to it after leaving it, except in the case of fortuitous events or force majeure.

Article 12. Temporary transfer of persons in custody

1. Any person in custody in the requested Party who gives his written consent to appear in the requesting Party in order to give testimony or make a statement, or for any other reason related to the trial, shall be temporarily transferred to the requesting Party, on condition that he will be returned to the requested Party within the period specified by that Party and subject to the provisions of article 11.

2. The transfer may be refused:

(a) If the presence of the person in custody is necessary for an ongoing criminal proceeding in the territory of the requested Party;

(b) If the transfer may result in the prolongation of detention, or;

(c) If other exceptional circumstances render the transfer to the requesting Party inadvisable.

3. The person transferred must remain in custody in the territory of the requesting Party for as long as the judicial authority of the requested Party determines.

Article 13. Provisional or precautionary measures

1. Without prejudice to the provisions of article 2 and pursuant to the provisions of this article, the competent authority of either Party may request the other to obtain an order with a view to the provisional attachment, seizure or impoundment of property to ensure that it is available for the execution of an order of confiscation.

2. A request submitted under this article must include:

(a) A copy of the order of provisional attachment, seizure or impoundment;

(b) A summary of the facts of the case, including a description of the offence, where and when it was committed and a reference to the relevant legal provisions;

(c) If possible, a description of the property in respect of which the provisional or precautionary measure is to be applied or which is considered available for provisional attachment, seizure or impoundment, its commercial value and its relationship to the person against whom judicial proceedings have been or will be instituted;

(d) A statement of the amount to be attached, seized or impounded and the basis for the calculation of this amount;

(e) An estimate of when the case will be brought to trial and when the final ruling will be given.

3. At the request of the competent authority of the requested Party, the competent authority of the requesting Party shall notify it of any alteration to the time period referred to in paragraph 2 (e) above and shall also indicate the current stage of the proceedings.

4. The competent authorities of the two Parties shall promptly inform one another of any appeal filed or decision taken with respect to the requested or agreed attachment, seizure or impoundment.

5. The competent authority of the requested Party may impose a condition limiting the duration of the requested measure. It must immediately notify the competent authority of the requesting Party of that condition and explain the reasons for it.

6. Any request shall be carried out solely in accordance with the domestic legislation of the requested Party and, in particular, must respect and safeguard the rights of any persons who may be affected by its execution.

Article 14. Transmittal of documents, files or items of evidence

1. The requested Party may transmit copies of requested documents, files or items of evidence. If the requesting Party specifically requests original documents, the requested Party shall comply with that request to the extent possible.

2. The requesting Party shall be under an obligation to return the original documents as soon as possible and, at the latest, at the end of the trial, unless the requested Party waives its right to their return.

3. Rights to documents, files or items of evidence invoked by third parties in the requested Party shall not prevent the transmittal of the certified copy to the requesting Party.

Article 15. Proceeds of crime

1. Upon request for judicial assistance, the competent authorities of the requested Party shall, within their jurisdiction, carry out the necessary inquiries to ascertain whether any proceeds or instrumentalities of crime are present and shall notify the competent authorities of the requesting Party, through the Central Authorities, of the results of the inquiries. In making the request, the requesting Party shall inform the requested Party of the basis of its belief that the proceeds or instrumentalities of crime may be located within the latter's jurisdiction.

2. Where, pursuant to paragraph 1, the proceeds or instrumentalities of the crime forming the subject of the request for judicial assistance are found, the requested Party shall, at the request of the requesting Party, take such measures as are permitted by its legislation to prevent any dealing in or transfer or disposal of those proceeds or instrumentalities, pending a final determination regarding them.

3. Where a person convicted of a crime retains ownership, possession or tenancy of the proceeds or instrumentalities of that crime and the judgement incorporates a financial obligation or orders the seizure of an asset or imposes any other kind of final measure, the requested Party shall execute that judgement to the extent permitted by its domestic legislation.

4. Where a person convicted of a crime has disposed of the proceeds or instrumentalities of that crime, the competent authority of the requested Party, at the request of the competent authority of the requesting Party, shall ascertain whether a third party received them without knowing or suspecting that they were or could be the proceeds or instrumentalities of a crime. If the competent authority of the requested Party ascertains that the third party did not act in good faith, it shall order the confiscation of the property.

Article 16. Execution of confiscation orders

1. If the request for assistance refers to a confiscation order, the competent authority of the requested Party may, without prejudice to the provisions of article 2:

(a) Execute the confiscation order issued by a competent authority of the requesting Party in respect of the instrumentalities or proceeds of crime; or

(b) Institute proceedings with a view to obtaining a confiscation order in accordance with its domestic legislation.

2. Without prejudice to the provisions of article 20 of this Agreement, for the purposes of this article the following should be included:

(a) A copy of the confiscation order, duly authenticated by the judicial official who issued it;

(b) Information concerning the evidence forming the basis of the decision to issue the order of confiscation;

(c) Information indicating that the judgement is being duly executed;

(d) Where appropriate, identification of the property available for the execution of the order or the property in respect of which judicial assistance is requested and a statement of

the relationship between that property and the person against whom the order of confiscation was issued;

(e) Where relevant and if known, an indication of the existence of background information relating to the legitimate rights and interests of third parties in respect of the property forming the subject of the request;

(f) Any other relevant information which may facilitate the execution of the request for judicial assistance.

3. Where the domestic legislation of the requested Party does not provide for the execution of a request in its entirety, that Party may execute it to the extent possible and shall notify the other Party of its actions through the Central Authority.

4. The competent authority of the requested Party may request additional information or evidence in order to carry out the request.

5. The order of confiscation shall be executed in accordance with the domestic legislation of the requested Party and, in particular, shall respect the rights of any person who may be affected by its execution.

6. The Parties shall decide in each specific case, depending on the nature and the extent of the assistance provided, the share of the property obtained or of the proceeds of its sale which each will receive after execution of the request by the requested Party pursuant to this article.

Article 17. Interests of bona fide third parties in respect of property

1. In accordance with the provisions of this Agreement, the competent authorities of the requested Party shall, pursuant to the legislation of that Party, take the necessary measures to protect the interests and rights of bona fide third parties in respect of property affected by the execution of requests for judicial assistance.

2. Any person affected by an order of provisional attachment, seizure, impoundment or confiscation may, in accordance with the domestic legislation of the requested Party, file an appeal with the competent authority.

Article 18. Service of process and trial documents and judicial decisions

1. The requested Party shall serve process and trial documents and judicial decisions transmitted to it for that purpose by the requesting Party.

2. Service may consist of the mere delivery of the document or decision to the recipient. If the requesting Party specifically so requests, the requested Party shall effect service in one of the ways set out in its legislation governing similar procedures or in a special form compatible with that legislation.

3. A copy of the trial document dated and signed by the recipient or a statement from the requested Party attesting to the act, form and date of service shall serve as proof of service. Either of those documents shall be sent immediately to the requesting Party. If the latter so requests, the requested Party shall specify whether service was effected in accordance

with its legislation. If service could not be effected, the requested Party shall immediately inform the requesting Party of the reasons why.

TITLE III. PROCEDURE

Article 19. Content of requests

I. Requests for judicial assistance shall be made in writing. In urgent situations or where permitted by the requested Party, requests may be sent by facsimile or any other electronic means but must be made official as soon as possible and shall include, at the very least, the following information:

- (a) The name of the requesting authority and, where appropriate, the name of the authority conducting the criminal proceedings in the requesting Party;
- (b) The purpose of and grounds for the request;
- (c) Where appropriate, the full name, the place and date of birth, the nationality and the address of the person referred to in the request for assistance;
- (d) A description of the facts giving rise to the investigation in the requesting Party and the text of the relevant statutory provisions applicable to the offences involved, or a copy thereof;
- (e) The time limit within which compliance with the request is desired.

2. The request shall also include:

- (a) Where foreign law has been applied to the execution of the request (article 8, paragraph 2), the text of the statutory provisions applicable in the requesting State and the grounds for their application;
- (b) Where individuals are participating in the trial (article 3, paragraph 2), the names of those individuals and the reasons for their presence;
- (c) Where process and trial documents are served (articles 10 and 17), the name and address of the person to be served;
- (d) Where witnesses or experts are summoned to appear (article 10), an indication that the requesting Party will pay their travel costs, subsistence allowance, fees and compensation, in advance if so requested.
- (e) Where persons in custody are temporarily transferred (article 12), the full names of such persons.

Article 20. Execution of the request

1. If the request does not comply with the provisions of this Agreement, the Central Authority of the requested Party shall notify the Central Authority of the requesting Party accordingly and ask for the request to be amended or supplemented as soon as possible, without prejudice to the adoption of the precautionary measures referred to in article 13.

2. If the request complies with the provisions of this Agreement, the Central Authority of the requested Party shall immediately forward it to the competent authority.

3. After the request has been executed, the competent authority shall transmit it to the Central Authority of the requested Party together with any information or items of evidence. The Central Authority shall ensure that the request has been executed faithfully and in full and shall communicate the outcome to the Central Authority of the requesting Party.

Article 21. Waiver of authentication

Documents, files or items of evidence transmitted by the Central Authority of the requested Party pursuant to this Agreement shall be exempt from all legalization and/or authentication requirements and shall be accepted as evidence.

Article 22. Language

1. Requests made pursuant to this Agreement and any accompanying documentation shall be written in the official language of the authority responsible for executing them, except in the case of service of trial documents without formalities.

2. The requesting Party shall be responsible for translating the documents issued or obtained for the execution of the request.

Article 23. Expenses incurred by the execution of requests

1. The requesting Party shall pay only the following expenses incurred by the execution of a request:

(a) Compensation, and the travel and subsistence costs of witnesses and any persons representing them;

(b) Costs associated with the temporary transfer of persons in custody;

(c) The travel and subsistence costs, fees and other expenses of experts.

2. If it appears that the execution of the request will give rise to extraordinary expenses, the requested Party shall so inform the requesting Party with a view to specifying the conditions for the execution of the request.

TITLE IV. FINAL PROVISIONS

Article 24. Other agreements and conventions, and national legislation

The provisions of this Agreement shall not preclude the provision of more comprehensive assistance as decided upon between the Parties in other agreements or conventions or as determined by domestic legislation or established practice.

Article 25. Consultations

1. If they deem it necessary, the Central Authorities shall, in general terms or with reference to a specific case, exchange views orally or in writing on the application or execution of this Agreement.

2. Any dispute arising between the Parties in relation to the interpretation or application of this Agreement shall be settled by means of consultation between the Parties through the diplomatic channel.

Article 26. Entry into force and denunciation

1. This Agreement must be ratified and shall enter into force thirty (30) days from the date on which the instruments of ratification are exchanged.

2. This Agreement shall remain in force indefinitely. Either Party may denounce it by means of written notification through the diplomatic channel.

3. Denunciation shall take effect one hundred and eighty (180) days after notification is given.

DONE at Lima, on 21 July 1999, in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

For the Republic of Peru:

FERNANDO TRAZEGNIES GRANDA

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD D'ENTRAIDE JUDICIAIRE EN MATIÈRE PÉNALE ENTRE LE
GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET
LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou (ci après dénommés " les Parties "),

Ayant le dessein de renforcer l'entraide judiciaire et la coopération en matière pénale;

Reconnaissant que la lutte contre la délinquance exige une action commune des États;

Convaincus de la nécessité de mener des actions communes de prévention, de contrôle et de répression de la criminalité sous toutes ses formes en coordonnant et en exécutant des programmes concrets, ainsi que de renforcer les mécanismes d'entraide juridictionnelle;

Conscients que l'augmentation des activités délictueuses exige le renforcement des mécanismes de coopération et d'entraide judiciaires en matière pénale;

Conviennent comme suit :

TITRE PREMIER. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article premier. Définitions

Aux fins du présent Accord :

a) Le terme " confiscation " s'entend de la privation définitive de biens, de produits ou d'instruments d'un délit, par décision d'une juridiction pénale ou autre autorité compétente;

b) L'expression " produits d'un délit " s'entend de tout bien ou de la contre valeur de ce bien, de quelque nature que ce soit, tiré ou obtenu directement ou indirectement de la commission d'un délit;

c) Le terme " bien " s'entend de tout actif de quelque nature, corporel ou incorporel, meuble ou immeuble, tangible ou intangible, ainsi que des pièces ou actes juridiques attestant de sa propriété ou de la possession d'autres droits sur ledit actif;

d) Les expressions " saisie conservatoire ", " blocage " ou " mise sous séquestre " s'entendent de l'interdiction temporaire de céder, convertir, aliéner ou mobiliser un bien, ainsi que de la garde de biens aux fins de leur préservation, aux termes d'une ordonnance émise par une juridiction ou autorité compétente.

Article 2. Obligation d'entraide

1. Les Parties s'engagent à s'accorder, conformément aux dispositions du présent Accord et de leur ordre juridique respectif, une entraide à des fins d'enquête, d'instruction et de poursuites pénales concernant les faits qui ressortissent à la compétence des autorités compétentes de la Partie requérante.

2. L'entraide est accordée même si les faits qui en motivent la requête ne constituent pas des infractions aux lois de la Partie requise.

3. Toutefois, s'agissant de l'exécution d'une commission rogatoire pour le contrôle d'un individu, une perquisition, une confiscation, une mise de biens sous séquestre, une saisie conservatoire ou l'interception de communications téléphoniques aux termes d'un mandat dûment motivé émis par une autorité judiciaire, ainsi que pour l'exécution de mesures faisant appel à toute forme de contrainte, l'entraide n'est accordée que si le fait qui en motive la requête est aussi considéré comme une infraction aux lois de la Partie requise, ou lorsque la personne visée par ladite requête consent par écrit à l'exécution des mesures requises.

Article 3. Champ d'application

1. Les Parties s'entraident aux fins de l'échange de renseignements, d'éléments de preuve, de poursuites et autres actions pénales. Ladite entraide comprend notamment :

- a) La localisation et l'identification de personnes et de biens;
- b) La signification d'actes de procédure judiciaire;
- c) La remise de pièces et d'informations judiciaires;
- d) L'exécution de perquisitions domiciliaires et de descentes de justice;
- e) L'audition de témoins et l'interrogatoire d'inculpés;
- f) La citation et le transfèrement volontaire d'individus aux fins du présent Accord, en qualité de témoins, d'inculpés ou d'experts;
- g) Le transfèrement volontaire de détenus aux fins de témoigner dans le territoire de la Partie requérante;
- h) La saisie, la mise sous séquestre et la confiscation de biens, y compris la levée du secret bancaire;
- i) Toute autre forme d'aide autorisée par les lois de la Partie requise et conforme à sa législation.

2. Les Parties facilitent l'entrée et le séjour dans le territoire de la Partie requise des autorités compétentes de la Partie requérante afin qu'elles assistent et participent à l'exécution des actions requises, sous réserve que cela ne contrevienne pas aux dispositions de leur législation interne. Les fonctionnaires de la Partie requérante se conforment aux termes de l'autorisation donnée par les autorités compétentes de la Partie requise.

Article 4. Restrictions à l'entraide

1. Sauf autorisation préalable de la Partie requise, la Partie requérante ne peut employer aucun renseignement ou élément de preuve obtenu en application du présent Accord à des fins autres que celles qui sont déclarées dans la requête d'entraide judiciaire.

2. Le présent Accord n'habilite aucune Partie à exercer, dans le territoire de la Partie où les mesures sont exécutées, des fonctions qui sont réservées exclusivement aux autorités de cette dernière Partie aux termes de sa législation interne.

3. Le présent Accord ne s'applique pas :

- a) À l'arrestation d'un individu aux fins de son extradition, ni aux requêtes aux fins d'extradition;
- b) Au transfèrement d'un condamné aux fins de purger une peine;
- c) À l'assistance à des particuliers ou à des États tiers.

Article 5. Entraide conditionnelle

1. Si l'autorité compétente de la Partie requise constate que l'exécution d'une requête ferait obstacle à une enquête, instruction ou poursuite pénale en cours dans son for, elle peut ajourner l'exécution de ladite requête ou l'exécuter sous les conditions qu'elle juge nécessaires.

2. L'autorité centrale de la Partie requise notifie la décision qu'elle a prise aux termes du paragraphe précédent à l'Autorité centrale de la Partie requérante afin que celle-ci accepte et respecte les conditions de l'entraide.

3. Si la requête d'entraide judiciaire ne peut être exécutée en tout ou en partie, la Partie requise en informe la Partie requérante en exposant expressément les motifs de l'inexécution, auquel cas la Partie requérante décide soit de maintenir la requête soit de la retirer.

Article 6. Refus de l'entraide

1. La Partie requise peut refuser l'entraide lorsque :

- a) La requête d'entraide judiciaire est contraire à son ordre juridique ou n'est pas conforme aux dispositions du présent Accord;
- b) Elle estime que l'exécution de la requête ferait obstacle à une enquête, instruction ou poursuite pénale en cours dans son ressort, sous réserve des dispositions de l'article 5 du présent Accord;
- c) La requête d'entraide judiciaire se réfère à un délit pour lequel l'individu visé a été exonéré en dernière instance de toute responsabilité pénale ou, s'il a été condamné, a purgé sa peine ou cette peine a expiré;
- d) L'enquête ou l'instruction pénale a été ouverte dans le dessein d'engager des poursuites ou d'exercer une discrimination de quelque forme que ce soit contre un individu ou un groupe d'individus pour des motifs de race, de sexe, de condition sociale, de nationalité, de religion, d'idéologie ou toute autre forme de discrimination;
- e) La prestation de l'entraide porterait atteinte à l'ordre public, à la souveraineté, à la sûreté nationale ou aux intérêts publics essentiels de la Partie requise;
- f) La requête d'entraide judiciaire se réfère à un délit politique, militaire ou assimilé.

2. La Partie requise notifie par écrit le refus de l'entraide à la Partie requérante en précisant les motifs sur lesquels elle se fonde.

Article 7. Autorité centrale

1. Aux fins du présent Accord, l'Autorité centrale est, pour ce qui concerne la République fédérative du Brésil : le Ministère de la justice; pour ce qui concerne la République du Pérou : le Ministère public.
2. L'Autorité centrale de la Partie instruit les requêtes avec diligence et les transmet en tant que de besoin aux autorités compétentes pour leur exécution.
3. Les requêtes sont transmises par la voie diplomatique.
4. Les Autorités centrales des Parties peuvent communiquer directement entre elles.

TITRE II. DE L'OBTENTION DES ÉLÉMENTS DE PREUVE

Article 8. Droit applicable

1. Les requêtes sont exécutées en conformité avec la législation de la Partie requise.
2. La Partie requise peut fournir l'entraide selon les formes et les procédures particulières prévues dans la requête de la Partie requérante, à moins que celles-ci soient incompatibles avec sa législation interne.

Article 9. Confidentialité

1. La Partie requise préserve le caractère confidentiel de la requête d'entraide judiciaire, à moins que la levée du secret ne soit nécessaire à son exécution.
2. Si l'exécution de la requête exige la levée du secret, la Partie requise demande par écrit à la Partie requérante de donner son assentiment, faute duquel la requête n'est pas exécutée.
3. La Partie requérante préserve le caractère confidentiel des éléments de preuve et des renseignements fournis par la Partie requise, à moins que la levée du secret ne soit nécessaire à l'instruction, à l'enquête ou aux poursuites pénales décrites dans la requête.

Article 10. Comparution dans le for de la Partie requérante

1. La requête d'entraide judiciaire adressée aux autorités compétentes de la Partie requise aux fins de citer un inculpé, un témoin ou un expert à comparaître devant les autorités compétentes de la Partie requérante doit être transmise par l'Autorité centrale de la Partie requérante au moins 45 jours avant la date fixée pour la comparution faisant l'objet de la requête.

Dans le cas contraire, l'Autorité centrale de la Partie requise renvoie la requête à la Partie requérante. L'Autorité centrale de la Partie requise peut toutefois demander par écrit à la Partie requérante de prolonger le délai d'exécution.

2. L'autorité compétente de la Partie requise consigne par écrit le consentement de l'individu dont la comparution est requise dans le for de la Partie requérante et elle en informe sans délai l'Autorité centrale de la Partie requérante.

3. L'autorité compétente de la Partie requise signifie la citation à comparaître conformément à la requête, mais les dispositions en vigueur dans le for de la Partie requérante en matière de contrainte et de sanctions ne s'appliquent pas en cas de non comparution.

4. La requête d'entraide judiciaire doit mentionner le montant des allocations, honoraires et indemnités auxquels l'individu cité a droit aux fins de son déplacement. L'individu cité à titre d'inculpé, de témoin ou d'expert doit être informé du type et du montant des frais que la Partie requérante a consenti à lui payer.

5. Toute personne qui comparaît dans le territoire de la Partie requérante en exécution d'une requête d'entraide judiciaire est sujette aux dispositions de l'ordre juridique de ladite Partie.

Article 11. Sauf-conduit aux fins de comparution

1. Aucun témoin ou expert, quelle que soit sa nationalité, qui comparaît devant les autorités judiciaires de la Partie requérante, ne peut, dans le territoire de ladite Partie, être poursuivi ou arrêté, ou faire l'objet de quelque restriction de sa liberté, pour des faits ou condamnations antérieurs à son départ du territoire de la Partie requise.

2. Aucun individu, de quelque nationalité que ce soit, qui comparaît devant les autorités compétentes de la Partie requérante aux fins de répondre de faits qui motivent des poursuites, ne peut être inculpé ou arrêté, ni faire l'objet d'aucune autre restriction de sa liberté individuelle, pour des faits ou condamnations antérieurs à son départ du territoire de la Partie requise.

3. Le sauf conduit prévu au présent article cesse de s'appliquer si l'individu, ayant eu la faculté de quitter le territoire de la Partie requérante, s'y trouve encore à l'expiration d'un délai de 15 jours civils après que sa présence a cessé d'y être requise, ou s'il y revient après l'avoir quitté, sauf cas de force majeure ou événement fortuit.

Article 12. Transfèrement temporaire d'un détenu

1. Tout individu détenu dans le for de la Partie requise, qui consent par écrit à comparaître dans le for de la Partie requérante à des fins de témoignage, de confrontation ou de toute autre nécessité de la procédure, est transféré à titre temporaire dans le for de la Partie requérante, sous condition de la restitution du détenu à la Partie requise dans le délai prescrit par celle-ci et sous réserve des dispositions de l'article 11.

2. Le transfèrement peut être refusé si :

a) La présence du détenu est nécessaire au déroulement d'une procédure pénale en cours dans le territoire de la Partie requise;

b) Le transfèrement pourrait entraîner la prolongation de la détention; ou

c) Des circonstances exceptionnelles s'opposent au transfèrement du détenu dans le for de la Partie requérante.

3. L'individu transféré doit rester en détention dans le territoire de la Partie requérante si l'autorité compétente de la Partie requise en décide ainsi.

Article 13. Mesures provisoires ou conservatoires

1. Sans préjudice des dispositions de l'article 2 et en conformité avec celles du présent article, l'autorité compétente d'une des Parties peut demander à celle de l'autre Partie d'obtenir une ordonnance aux fins de la saisie conservatoire, du blocage ou de la mise sous séquestre de biens afin d'assurer que ceux-ci sont disponibles pour l'exécution d'une ordonnance aux fins de leur confiscation.

2. La requête présentée en application du présent article doit être accompagnée des pièces ci après :

a) Un exemplaire ou une copie de l'ordonnance aux fins de la saisie conservatoire, du blocage ou de la mise sous séquestre;

b) Un résumé des faits de l'espèce, y compris une description du délit, la mention du lieu et du moment où le délit a été commis, et un renvoi aux dispositions légales pertinentes;

c) Si possible, la description et la valeur marchande des biens à l'endroit desquels la mesure provisoire ou conservatoire est requise, ou qui sont considérés comme pouvant être l'objet de saisie conservatoire, blocage ou mise sous séquestre, ainsi que le rapport entre ces biens et la personne contre laquelle l'action est ou sera engagée;

d) Une déclaration de la somme dont la saisie conservatoire, le blocage ou la mise sous séquestre sont requis, avec mention des éléments pris en compte dans son calcul;

e) Une estimation du temps qui s'écoulera avant que l'espèce ne soit mise en jugement et qu'une décision en la matière ne soit rendue en dernière instance.

3. L'autorité compétente de la Partie requérante informe l'autorité compétente de la Partie requise de toute modification des délais dont il est question à l'alinéa e) du paragraphe précédent, en précisant le stade alors atteint par la poursuite.

4. Les autorités compétentes de chacune des Parties se notifient sans délai l'exercice de tout recours contre une décision adoptée ou requise en matière de saisie conservatoire, blocage ou mise sous séquestre.

5. L'autorité compétente de la Partie requise peut imposer comme condition une limite à la durée de la mesure demandée; elle notifie alors cette condition et en explique les motifs à l'autorité compétente de la Partie requérante.

6. Toute requête doit être exécutée exclusivement en conformité avec la législation interne de la Partie requise, en particulier en observant et en garantissant les droits de toute personne qui pourrait être touchée par l'exécution de cette mesure.

Article 14. Remise de pièces, dossiers ou éléments de preuve

1. La Partie requise peut remettre copie des pièces, dossiers ou éléments de preuve demandés. À la demande expresse de la Partie requérante, la Partie requise remet si possible les originaux de ces pièces, dossiers ou éléments de preuve.

2. La Partie requérante est tenue de restituer lesdits originaux dans les plus brefs délais, mais au plus tard à l'achèvement de la procédure, à moins que la Partie requise n'y renonce.

3. Les droits invoqués par des tiers sur les pièces, dossiers ou éléments de preuve dans le for de la Partie requise ne s'opposent pas à la remise à la Partie requérante de copies conformes.

Article 15. Produits du délit

1. Les autorités compétentes de la Partie requise, agissant en exécution d'une requête d'entraide judiciaire, s'efforcent d'établir si quelque produit ou instrument du délit se trouve dans leur ressort territorial et elles notifient les résultats de leurs recherches aux autorités compétentes de la Partie requérante par l'entremise des Autorités centrales. En présentant ladite requête, la Partie requérante doit notifier à la Partie requise les raisons qui l'amènent à croire que ledit produit ou instrument du délit se trouve dans le ressort de celle-ci.

2. Si des produits ou instruments du délit qui sont visés dans la requête d'entraide judiciaire sont trouvés en application du paragraphe 1, la Partie requise, agissant à la requête de la Partie requérante, adopte les mesures conservatoires permises par ses lois pour éviter toute transaction, cession ou aliénation relative auxdits produits ou instruments, dans l'attente d'une décision définitive à leur égard.

3. Si l'individu condamné pour un délit possède ou détient les produits ou instruments du délit et s'il a été condamné à une peine pécuniaire, ou si la confiscation d'un bien a été ordonnée, ou si toute autre mesure définitive a été imposée, la Partie requise peut exécuter la sentence dans la mesure où sa législation interne le permet.

4. Si l'individu condamné pour un délit a aliéné les produits ou instruments du délit, l'autorité compétente de la Partie requise, agissant à la requête de l'autorité compétente de la Partie requérante, détermine si le tiers détenteur desdits produits ou instruments les a obtenus sans savoir ni soupçonner qu'il s'agissait ou pouvait s'agir des produits ou instruments d'un délit. Si l'autorité compétente de la Partie requise constate que le tiers n'a pas agi de bonne foi, elle ordonne la confiscation des biens.

Article 16. Exécution d'ordonnances de confiscation

1. Si la requête d'entraide concerne une ordonnance aux fins de confiscation, l'autorité compétente de la Partie requise peut, sans préjudice des dispositions de l'article 2 :

a) Exécuter l'ordonnance de confiscation rendue par l'autorité compétente de la Partie requérante à l'égard des instruments ou produits du délit; ou

b) Engager une procédure visant à ce que soit rendue une ordonnance aux fins de confiscation en conformité avec sa législation interne.

2. Sans préjudice des dispositions de l'article 20 du présent Accord, la requête dont il est question au présent article doit être accompagnée des pièces suivantes :

a) Une copie de l'ordonnance de confiscation, dûment certifiée par l'officier de justice qui l'a délivrée;

b) Des renseignements concernant les éléments de preuve sur la foi desquels a été rendue l'ordonnance de confiscation;

c) Des renseignements indiquant que la décision de justice est dûment exécutoire;

d) Si besoin, l'identification des biens disponibles pour l'exécution de la requête ou à l'égard desquels l'entraide judiciaire est requise, en précisant le rapport entre ces biens et la personne à l'endroit de laquelle a été rendue l'ordonnance de confiscation;

e) Les renseignements pertinents connus quant à de l'existence de droits ou intérêts légitimes de tiers sur les biens visés par la requête;

f) Tout autre renseignement pouvant contribuer aux fins de l'exécution de la requête d'entraide judiciaire.

3. Si la législation interne de la Partie requise n'autorise pas l'exécution de la requête dans sa totalité, la Partie requise peut l'exécuter dans la mesure permise par ses lois et en informer la Partie requérante par l'entremise de l'Autorité centrale.

4. L'autorité compétente de la Partie requise peut demander des renseignements ou éléments de preuve additionnels aux fins de l'exécution de la requête.

5. L'ordonnance de confiscation est exécutée en conformité avec la législation interne de la Partie requise et en particulier dans le respect des droits de toute personne qui pourrait être touchée par son exécution.

6. Les Parties peuvent en tout cas convenir, selon la nature et l'importance de l'entraide accordée, de la formule à employer pour la répartition des biens confisqués ou du produit de leur vente, en exécution de la requête présentée par la Partie requérante en application du présent article.

Article 17. Intérêts des tiers de bonne foi à l'endroit des biens

1. Conformément aux dispositions du présent Accord, les autorités compétentes de la Partie requise adoptent, selon les lois qui les régissent, les mesures nécessaires pour protéger les intérêts de tiers de bonne foi à l'endroit des biens qui sont touchés par l'exécution des requêtes d'entraide judiciaire.

2. Toute personne touchée par une ordonnance de saisie conservatoire, de blocage, de mise sous séquestre ou de confiscation de biens peut opposer à l'autorité compétente de la Partie requise les recours prévus par la législation interne de cette Partie.

Article 18. Signification de pièces et actes de procédure et de décisions de justice

1. La Partie requise procède à la signification des pièces et actes de procédure et des décisions de justice qui lui sont envoyés à cette fin par la Partie requérante.

2. Cette signification peut s'effectuer par la simple remise au destinataire de la pièce ou de la décision. À la demande expresse de la Partie requérante, la Partie requise procède à la signification dans l'une des formes prescrites par sa législation à des fins analogues, ou dans toute forme particulière compatible avec sa législation.

3. La preuve de la signification d'une pièce de procédure est constituée par une copie datée et signée de la main du destinataire ou par une déclaration de la Partie requise attestant de l'exécution, de la forme et de la date de la signification. L'une ou l'autre de ces pièces est transmise sans délai à la Partie requérante. À la demande de cette dernière, la Partie requise précise si la signification s'est déroulée en conformité avec ses lois. Si la Partie re-

quise n'a pu procéder à la signification, elle doit en porter immédiatement le motif à la connaissance de la Partie requérante.

TITRE III. DE LA PROCÉDURE

Article 19. Contenu de la requête

1. La requête aux fins de l'entraide judiciaire doit être présentée par écrit. En cas d'urgence ou si la Partie requise le permet, la requête peut être présentée par télécopie ou par tout autre moyen électronique, sous réserve qu'elle soit confirmée formellement dans les plus brefs délais possibles; la requête doit contenir les mentions suivantes :

a) Dénomination de l'autorité dont elle émane et, le cas échéant de l'autorité chargée de la procédure pénale dans le for de la Partie requérante;

b) Objet et motif de la requête;

c) Le cas échéant, identité complète, lieu et date de naissance, nationalité et adresse de l'individu dont il est question dans la requête;

d) Description des faits qui ont donné lieu à l'instruction ou enquête dans le for de la de la Partie requérante, accompagnée d'un exemplaire ou de la transcription du texte des dispositions légales relatives au délit éventuel;

c) Délais dans lesquels la Partie requérante demande que la requête soit exécutée.

2. La requête contient en outre :

a) S'agissant de l'application du droit étranger à l'exécution de la requête, dont il est question au paragraphe 2 de l'article 8 : le texte des dispositions légales applicables dans le for de la Partie requérante et le motif de leur application;

b) S'agissant de la participation à l'exécution de la requête d'une des personnes dont il est question au paragraphe 2 de l'article 3 : la désignation de la personne concernée et le motif de sa présence;

c) S'agissant de la signification des pièces et actes de procédures dont il est question aux articles 10 et 17 : le nom et l'adresse du destinataire des pièces;

d) S'agissant de la citation à comparaître de témoins ou d'experts, dont il est question à l'article 10 : la déclaration de la Partie requérante attestant qu'elle prend en charge les frais de transport, les allocations de subsistance, les honoraires et les indemnités, dont le bénéficiaire peut demander le versement anticipé;

e) S'agissant du transfèrement temporaire d'un détenu, dont il est question à l'article 12, l'identité complète dudit détenu.

Article 20. Exécution de la requête

1. Si la requête n'est pas conforme aux dispositions du présent Accord, l'Autorité centrale de la Partie requise en informe sans délai l'Autorité centrale de la Partie requérante en l'invite à modifier ou à compléter au plus tôt ladite requête, sans préjudice de l'adoption des mesures provisoires dont il est question l'article 13.

2. Si la requête est conforme au présent Accord, l'Autorité centrale de la Partie requise en saisit sans délai l'autorité compétente.

3. Après exécution de la requête, l'autorité compétente la renvoie à l'Autorité centrale de la Partie requise en y joignant les renseignements et éléments de preuve recueillis. L'Autorité centrale s'assure que la requête a été exécutée fidèlement et complètement et elle en communique les résultats à l'Autorité centrale de la Partie requérante.

Article 21. Dispense de légalisation

Les pièces, dossiers ou éléments de preuve transmis par l'Autorité centrale de la Partie requise en application du présent Accord sont dispensés de toute formalité de légalisation et (ou) d'authentification et sont acceptés comme moyens de preuve.

Article 22. Langue

1. Les requêtes présentées selon les dispositions du présent Accord et les pièces qui y sont jointes sont rédigées dans la langue officielle de l'autorité chargée d'exécuter la requête, sauf pour ce qui concerne la signification de pièces de procédure sans autres formalités.

2. La traduction des pièces émises ou recueillies dans le cadre de l'exécution de la requête incombe à la Partie requérante.

Article 23. Frais occasionnés par l'exécution de la requête

1. La Partie requérant prend uniquement en charge les frais ci après exposés aux fins de l'exécution de la requête :

a) Indemnités, frais de transport et allocations de séjour des témoins et de leurs représentants éventuels;

b) Les frais relatifs au transfèrement temporaire de détenus;

c) Frais de transport, allocation de subsistance, honoraires et autres frais des experts.

2. Si l'on prévoit que l'exécution de la requête exigera des frais extraordinaires, la Partie requise en informe la Partie requérante afin d'arrêter les conditions auxquelles sera assujettie l'exécution de la requête.

TITRE IV. DISPOSITIONS FINALES

Article 24. Autres accords ou conventions et législations nationales

Les dispositions du présent Accord ne s'opposent nullement à l'entraide plus étendue dont les Parties sont convenues ou dont elles pourraient convenir entre elles aux termes d'autres accords ou conventions, ou qui pourrait découler de leurs législations nationales ou de la pratique établie.

Article 25. Concertation

1. Si elles l'estiment nécessaires, les Autorités centrales échangent des avis, verbalement ou par écrit, quant à l'application ou à l'exécution du présent Accord, en général ou dans des cas particuliers.

2. Les Parties se concertent par la voie diplomatique afin de régler tout différend qui s'élèverait entre elles en rapport avec l'interprétation ou l'application du présent Accord.

Article 26. Entrée en vigueur et dénonciation

1. Le présent Accord est sujet à ratification et il entrera en vigueur 30 jours à partir de la date de l'échange des instruments de ratification.

2. Le présent Accord a une durée indéfinie. L'un ou l'autre des Parties peut le dénoncer au moyen d'une notification écrite transmise par la voie diplomatique

3. La dénonciation prend effet 180 jours après avoir été notifiée.

Fait à Lima le 21 juillet 1999 en deux exemplaires originaux en portugais et en castillan, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil :

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour la République du Pérou :

FERNANDO TRAZEGNIES GRANDA

